

Tributarista condena criação de imposto para socorrer a Saúde

13 OUT 1995

JORNAL DE BRASÍLIA

São Paulo — “Não tem sentido discutir reforma tributária com o Governo criando um novo imposto”. É o que afirma Antoninho Marmo Trevisan, membro da Comissão de Reforma Tributária do Conselho Federal de Contabilidade, para quem a proposta do Governo a ser votada pelo Senado na próxima quarta-feira, é “desastrosa”. A aprovação da emenda constitucional que cria a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), definida como mais um imposto por Trevisan — é pleiteada pelo ministro da Saúde, Adib Jatene, para melhorar o atendimento da rede pública do País nos próximos dois anos. Se a emenda for aprovada, o ministro somará R\$ 6 bilhões ao orçamento de sua pasta para tirar a saúde do estado crítico em que se encontra.

A questão, no entanto, é o ônus que um tributo a mais trará ao contribuinte. Não se discute a necessidade de tirar a saúde do estado terminal em que está, mas sim o meio como se pretende obter os recursos. “Estão repetindo todos os erros dos



Delfim: Governo é um tiranossauro

governos passados”, afirma Trevisan.

Arrecadação — “Desde 76, para toda criação de imposto, sem exceção, a argumentação tem sido a necessidade premente para melhorar a atuação social do Governo. É a área para a qual se cria mais arrecadação, mas que recebe menos investimentos. Estamos criando mais um tributo justamente no ano em que a

arrecadação está atingindo 31% do PIB, contra uma média dos últimos 30 anos de 25%. Quer dizer, com seis pontos percentuais a mais o Governo ainda não conseguiu gerar verba para resolver o problema da saúde. Isso sem contar com uma série de outras implicações”, observa Trevisan.

Outro tributarista, Yves Gandra Martins, acredita na proposta para substituir outras contribuições sociais. Mas adotá-la como mais um tributo “é irracional”, afirma, lembrando, que, há dois anos, o ministro Jatene dizia que, se tivesse a totalidade da Cofins não teria mais problemas”.

O deputado Delfim Netto (PPB-SP) é mais contundente, mas aprova o imposto. “O Governo é um tiranossauro, tudo que cai lá dentro vira fumaça”, afirma e acrescenta: “Deveríamos pensar nos problemas mais fundamentais e acabar com as vinculações para não precisarmos de fundos de emergência. Mas, devido ao orçamento que recebemos aqui e à necessidade da Saúde, vou votar pelo imposto”.